

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS EM CONTROVÉRSIAS MIDIÁTICAS: ANÁLISE DA COBERTURA DO “CASO DOS BEAGLES”

DISCURSIVE STRATEGIES IN MEDIA CONTROVERSIAL ISSUES: AN ANALYSIS OF THE “BEAGLE’S EPISODE” COVERAGE

Fábio Henrique Pereira *

Graça França Monteiro **

RESUMO:

O artigo analisa as intervenções de atores sociais no espaço público midiático sobre o uso de animais em pesquisas científicas quando ativistas retiraram 180 cães da raça *beagle* dos laboratórios do Instituto Royal, em São Roque (SP), em outubro de 2013. O objetivo é mostrar os diferentes recursos sociais mobilizados pelos atores para influenciar resultados de questões de decisões coletivas. A abordagem teórico-metodológica se fundamenta nos conceitos de arena social e de competências discursivas. O *corpus* consiste em 23 matérias (noticiosas e opinativas) publicadas no Brasil entre outubro e novembro de 2013. Apesar da evolução do debate e dos diferentes modelos de engajamento usados pelos atores, a cobertura midiática se mantém marcada pela lógica de conflito na qual cientistas e militantes políticos são situados em espaços opostos na arena social e o debate fica polarizado entre ciência e direitos dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento de controvérsias, comunicação de riscos, estratégias discursivas.

ABSTRACT:

This article analyses the interventions in media public sphere by social actors regarding the use of animals in scientific researches when animal rights activists withdrew 180 beagle dogs from Instituto Royal laboratories, in São Roque (São Paulo), in October 2013. The purpose is to show the different social resources used by those actors in order to influence the results in collective decision matters. The theoretical-methodological

* Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Comunicação pela UNB. fabiop@gmail.com

** Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). gracamonteiro.professora@gmail.com

approach is based on the concepts of social arena and discursive competences. The data is constituted on 23 news articles (opinion and informative) published in Brazil in the months of October and November 2013. Despite the evolution of the debate and of the different engagement models used by the actors, media coverage is still stressed by the logic of conflict, in which scientists and activists/politicians are posed in opposite sides in the social arena and the debate gets polarized between science and animal rights.

KEYWORDS: Controversies mapping, risk communication, discursive strategies.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma análise sociodiscursiva das intervenções de diferentes atores no espaço público sobre o tema do uso de animais em pesquisas científicas por ocasião da retirada por grupos ativistas de cerca de 180 cães da raça *beagle* do Instituto Royal, em São Roque, interior de São Paulo, em outubro de 2013. A análise foi baseada em 23 matérias (noticiosas e artigos de opinião) publicadas na mídia brasileira entre 13 de outubro e 6 de novembro de 2013.

Nossa ancoragem teórico-metodológica está fundamentada no conceito de arena social proposto pelo sociólogo alemão Ortwin Renn (1992) para entender a experiência social nos debates sobre riscos e no modelo teórico desenvolvido por Cardon, Heurtin e Lemieux (1995), que permite associar as intervenções dos atores no espaço público às competências discursivas inerentes ao lugar ocupado por cada um deles como sujeitos de fala. O ponto de contato entre as duas perspectivas está no uso dos recursos argumentativos – pessoais e sociais – adotados pelos atores para se posicionar diante de uma questão que, neste caso, é controversa, aproximando ou distanciando interlocutores ao longo dos debates com o objetivo de maximizar suas oportunidades de influenciar o desfecho da questão. Nosso objetivo aqui é compreender a dinâmica das estratégias utilizadas pelos atores para ganhar visibilidade e os argumentos usados no desenrolar dos acontecimentos para se colocar politicamente no espaço público na perspectiva da comunicação de riscos.

Após breve relato do episódio que motivou a polêmica, o artigo traça a retrospectiva histórica das políticas públicas para regulamentação do uso de animais em pesquisas científicas no Brasil, explicita os conceitos que fundamentam as análises e descreve a metodologia usada para definição do *corpus*. Em seguida, investiga os estatutos dos diferentes atores participantes da controvérsia com vistas a reconstruir a configuração midiática no

Brasil e suas interfaces com os espaços político e intelectual para, posteriormente, analisar as estratégias discursivas de gestão do risco adotadas pelos atores sociais.

O EPISÓDIO

Na madrugada de 18 de outubro de 2013, um grupo de ativistas contrários ao uso de animais em pesquisas científicas invadiu o laboratório do Instituto Royal, no município de São Roque, em São Paulo, e retirou de lá cerca de 180 cães da raça *beagle*. Os manifestantes acusavam o instituto de maltratar os animais (cães, ratos e coelhos) usados em pesquisas e testes de produtos cosméticos e farmacêuticos. A invasão foi motivada por uma denúncia anônima de que os cães seriam sacrificados de forma cruel e seus corpos ocultados em um porão.

O caso teve ampla repercussão na imprensa e nas redes sociais, com mais de 20 mil menções no *Twitter* e mais de 50 *hashtags* no *Instagram*, com pelo menos 100 fotos relacionadas a cada uma delas. Ponto relevante para tamanha repercussão foi a adesão de celebridades do mundo artístico brasileiro e seu apoio na difusão de fotos, vídeos e comentários sobre o assunto. O episódio mobilizou, ainda, deputados, cientistas, autoridades governamentais e representantes de organizações não governamentais e reacendeu as discussões sobre as políticas públicas referentes ao uso de animais em testes de segurança e eficácia de produtos e os riscos para a saúde humana caso não ocorram tais procedimentos.

Na manhã seguinte, a representante do Instituto Royal, em entrevista ao telejornal de maior audiência no estado de São Paulo, afirmou que os testes com animais eram realizados dentro das normas e exigências da legislação brasileira e classificou a invasão como um ato de terrorismo que ia contra o incentivo a pesquisas no país.

A regularidade da atuação do instituto foi corroborada pelos órgãos oficiais brasileiros responsáveis pelo controle de experimentações com animais e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, desde 1948, quando foi criada, participa dos debates sobre questões que definem os rumos das políticas de ciência e tecnologia nacionais.

Deputados defensores dos direitos animais e do meio ambiente, junto a ativistas, realizaram ato simbólico na Câmara dos Deputados, em Brasília, em apoio à campanha “Liberte-se

da Crueldade”, coordenada pela entidade internacional Humane Society International contra o uso de animais em testes de laboratório para a produção de cosméticos.

Menos de um mês após o incidente, o instituto encerrou suas atividades alegando “ambiente de insegurança” e “elevadas e irreparáveis perdas sofridas”.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A primeira iniciativa brasileira para proteção e bem-estar de animais de laboratório ocorreu em 1983, com a criação do Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (Cobea), posteriormente denominado Sociedade Brasileira da Ciência em Animais de Laboratório, instituição civil que reuniu, em princípio, médicos veterinários interessados em lutar por uma legislação específica que regulamentasse a questão.

A regulamentação do uso de animais em pesquisas científicas, no entanto, só aconteceu em 2008, com a aprovação da Lei nº 11.794, conhecida como Lei Arouca¹, em virtude de seu primeiro proponente ter sido o médico sanitário e militante político Sérgio Arouca, falecido em 2003. A Lei definiu regras sobre a criação e utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa no Brasil, revogando a Lei nº 6.638, de 1979, que apenas estabelecia normas para viviseção de animais em atividades didático-científicas (BRASIL, 2008).

A Lei Arouca criou o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por formular normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de ensino e pesquisa científica, bem como definir procedimentos para instalação e funcionamento de centros de criação, de biotérios e de laboratórios de experimentação animal. O Conselho também é responsável pelo credenciamento das instituições que desenvolvem atividades nesta área e por monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam a utilização de animais em projetos de ensino e pesquisa científica. A Lei estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade de as instituições de ensino e pesquisa criarem suas Comissões de Ética no Uso de Animais (Ceua).

Paulatinamente, foi ganhando força uma articulação entre laboratórios públicos, grupos de pesquisa e órgãos governamentais para reduzir ou substituir o uso de animais em testes de segurança e eficácia de produtos. Em julho de 2012, o governo federal criou a Rede Nacional de Métodos Alternativos (Renama) e destinou recursos para financiar

dez projetos de pesquisa capazes de dar suporte à substituição progressiva do uso de animais em testes, sempre que haja uma alternativa validada. A medida, no entanto, não obteve consenso entre os cientistas. Eles argumentam que o uso de animais continua imprescindível em testes para desenvolvimento de medicamentos e em pesquisas científicas de cunho acadêmico.

Desde 2012, o Concea tem atuado na elaboração do Guia Brasileiro de Criação e Utilização de Animais para Atividades de Ensino e Pesquisa Científica. Em 2014, pela primeira vez, o assunto foi colocado parcialmente em discussão com a abertura de uma consulta pública para coletar manifestações da sociedade quanto à possibilidade de modificar, por meio de um projeto de lei (PL nº 79/2014), os artigos 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008,

para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos. (BRASIL, 2014).

Ao final da consulta, 8.343 pessoas votaram SIM, ou seja, pela proibição do uso de animais em pesquisas sobre cosméticos, e apenas 653 votaram NÃO. Apesar das manifestações positivas por parte da opinião pública, o projeto de lei foi arquivado em 2018, ao final da legislatura².

COMUNICAÇÃO DE RISCOS

A literatura sobre comunicação de risco está dividida em duas grandes abordagens ou modelos: uma, de tendência psicológica – particularmente relacionada às teorias motivacionais e comportamentais –, e outra, mais sociológica – voltada às teorias de decisão coletiva em situações de conflito –, a qual será adotada neste trabalho. Dentro da corrente sociológica, o nome mais expressivo é do alemão Ortwin Renn.

Os modelos de comunicação sobre riscos originaram-se nos anos 1990, quando a atividade já era vista como “troca” de informações entre as diversas partes interessadas e não como mera “transmissão” de informações de organizações científicas para o público leigo. Esta concepção da comunicação de riscos foi “oficializada” no documento intitulado *Improving Risk Communication*, elaborado pela National Research Council dos Estados Unidos em 1989 e, desde então, tem sido marco conceitual para trabalhos que circulam

nos âmbitos acadêmico e governamental. A publicação enfatizava que a comunicação de riscos deveria ser entendida como uma instância do diálogo democrático essencial para as decisões em sociedade. O documento define a comunicação sobre riscos como:

um processo interativo de troca de informações e de opiniões entre indivíduos, grupos e instituições. Ela envolve múltiplas mensagens sobre a natureza do risco e outras, não estritamente sobre risco, que expressam preocupações, opiniões ou reações às mensagens de risco ou aos arranjos legais e institucionais para o gerenciamento dos riscos³. (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1989, p. 21).

Numa perspectiva diferente da maioria dos estudiosos da comunicação de questões de risco, Ortwin Renn e Debra Levine (1991) entendem que a “natureza da decisão” e o nível de incerteza sobre o assunto são os pontos que diferenciam as situações de risco, os debates e as estratégias de comunicação. Segundo eles, quanto maior o nível de incerteza sobre a natureza dos riscos e sobre a forma de gerenciá-los, maior a necessidade de debates entre as partes interessadas e de participação pública nos processos decisórios.

Para entender a experiência social nos debates sobre riscos, Renn (1992) baseia-se em dois conceitos: o de arena política e o de mobilização de recursos sociais. O postulado básico de sua proposta é que grupos sociais presentes em uma arena política tentem maximizar suas oportunidades de influenciar os resultados dos processos de decisões coletivas mobilizando recursos sociais. O resultado desta luta, no entanto, não é determinado apenas pelas ações individuais ou dos grupos, mas também pelas regras estruturais da arena e pelos efeitos da interação entre os grupos competidores. Esta abordagem se fundamenta no pressuposto de que a influência de indivíduos e organizações na formulação de políticas só acontece quando eles dispõem de uma quantidade de recursos suficientes que lhes permita perseguir seus objetivos.

Renn identifica cinco recursos sociais relevantes mobilizados pelos grupos sociais: dinheiro (provê compensações em troca de apoio); poder (direito legal de impor uma decisão); influência social (apoio em função de credibilidade e prestígio); compartilhamento de valores (compromisso baseado em persuasão, solidariedade e visões de mundo comuns); evidência (diferente da verdade aceita por todos, é a verdade reivindicada por grupos sociais baseada em procedimentos metodológicos e teorias).

Nas sociedades contemporâneas – democráticas e pluralistas –, os atores precisam de mais de um recurso para obter sucesso na arena política (RENN, 1992). A necessidade

de reunir uma quantidade maior de recursos cria uma espécie de “mercado de troca” visibilizado (e mobilizado) por meio do espaço público midiático.

REGIMES DE COMPETÊNCIA E ENGAJAMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO

Em artigo publicado em 1995, Cardon, Heurtin e Lemieux propõem um modelo de análise dos debates que se realizam no espaço público centrado nas competências dos sujeitos que se engajam em espaços de circulação de ideias em busca da aceitação do outro. O espaço público seria constituído, nesse caso, pelas diferentes situações de interação pública nas quais os atores sociais orientariam suas intervenções em função dos públicos em presença e ausência. Nesse sentido, os autores propõem uma tipologia de formas “aceitáveis” de engajamento público que levam em consideração as competências articuladas pelos sujeitos em função dos constrangimentos que marcam uma situação de interação, como explicado a seguir.

Engajamento sob o regime da crítica: o emissor se apresenta como uma instância exterior aos interlocutores, assumindo uma posição de referência arbitral. A competência dos emissores está justamente na capacidade de introduzir esse tipo de distanciamento, que tende a afastar o público da construção dos enunciados. Integram o regime da crítica, os enunciados que exploram a “objetividade das coisas indiscutíveis”, como os textos científicos, as estatísticas, as pesquisas de opinião, as notícias jornalísticas, as provas jurídicas, entre outros.

Engajamento sob o regime da opinião: depende da existência de um referencial comum, um meio que permita a circulação de opiniões entre o locutor e o destinatário. Nesse tipo de intervenção, existe uma modalização mais forte do discurso do emissor, ou seja, a validação de um discurso depende da avaliação que se faz do sujeito que intervém publicamente. Haveria, portanto, uma tensão permanente entre o locutor, que busca exprimir o seu *eu*, e a exigência normativa à qual ele está submisso, de estar aberto à possibilidade do outro se exprimir.

Engajamento sob o regime da troca: trata-se de um engajamento ainda mais modalizado, pois expressa as experiências pessoais vividas por quem intervém publicamente, as quais devem provocar empatia nos diferentes *tus* presentes na interação. Nesse caso, existe uma tendência do emissor em adotar um estilo emotivo, mesmo sob o risco de

interromper a comunicação pública. Tal regime se faz presente em relatos, testemunhos e demais formas de expressão da vida pessoal do locutor.

Cada regime estabelece uma relação distinta com as competências linguísticas e argumentativas a serem empregadas pelos emissores, que buscariam articular as experiências pessoais e os recursos argumentativos que dispõem e, em seguida, mobilizá-los frente ao público envolvido nos diferentes contextos de interação.

CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para a constituição do *corpus*, tomamos como ponto de partida o trabalho produzido por Massimo di Felice, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. A pesquisa consistiu na sistematização da cobertura midiática, na análise dos actantes envolvidos no debate e de seus posicionamentos por meio da teoria ator-rede e no mapeamento das controvérsias que marcaram o episódio. Nossa abordagem seguiu uma direção diferente, mas o fato de haver uma pré-seleção do *corpus* sobre o tema foi fundamental na estruturação de nossa análise e é importante que isso fique registrado neste artigo.

O *corpus* analisado constituiu-se de 23 itens (notícias, *posts*, artigos de opinião) publicados na mídia – incluindo jornais, revistas de informação, *blogs* e *sites* de notícia e institucionais – entre 13 de outubro e 6 de novembro de 2013 (ver Quadro 1).

Quadro 1: Composição do *corpus* da pesquisa

Item	Matéria	Veículo	Data	Link
N1	Ativistas da causa animal acorrentados agora no Instituto Royal - São Roque	CMI Brasil	13/10/2013	https://bit.ly/2PtEeEg
N2	Como saber se um produto foi testado em animais?	Época	17/10/2013	https://glo.bo/ZMpS6z
N3	Ativistas resgatam cães de laboratório de testes em São Roque (SP)	Folha de S.Paulo	18/10/2013	https://bit.ly/1iFuolK
N4	“Prejuízo é incalculável”, diz diretor de laboratório invadido em São Roque	G1	18/10/2013	https://glo.bo/2lJlO0n
N5	Adotar cães levados do Instituto é crime, diz delegado	Exame	18/10/2013	https://bit.ly/2PrcaRK
N6	MP investiga desde 2012 laboratório invadido por ativistas	Exame	18/10/2013	https://bit.ly/2L1JRLh
N7	Instituto Royal acusa ativistas de furto de animais	Veja	18/10/2013	https://bit.ly/2ZCTSBE
N8	Dois beagles são encontrados abandonados em São Roque	Folha de S. Paulo	20/10/2013	https://bit.ly/2W5qtOp

N9	Comissão investigará denúncias de maus-tratos contra animais no Instituto Royal	Câmara dos Deputados	21/10/2013	https://bit.ly/2UXw7pu
N10	Beagles que estão em SP têm crise de abstinência, tumores e sinais de trauma, dizem novos donos	O Globo	22/10/2013	https://glo.bo/2UEndrT
N11	“Parecia um campo de concentração nazista”, diz deputado sobre instalações do Instituto Royal	R7	22/10/2013	https://bit.ly/2UVUW5f
N12	Beagle do Instituto Royal teve dentes colados e não abre a boca	R7	22/10/2013	https://bit.ly/2UUr6xP
N13	Brasil ainda não valida pesquisas alternativas ao uso de animais	G1	23/10/2013	https://glo.bo/2DyEjls
N14	Instituto Royal acusa ativistas de maltratar beagles: “Nossos cães não são pets”	Veja	25/10/2013	https://bit.ly/2XGiwzF
N15	Prefeitura de São Roque volta atrás e suspende alvará do Instituto Royal	Portal Terra	26/10/2013	https://bit.ly/2UY9TDG
N16	Instituto Royal recupera um dos 178 cães beagles levados; cão era vendido na internet	Portal UOL	28/10/2013	https://bit.ly/2IHzf2i
N17	Instituto reconhece o equívoco em afirmar que animal resgatado está à venda	Exame.com.br	29/10/2013	https://bit.ly/2L41FFG
N18	Maioria reprova cães como cobaia, mas apoia ratos, diz Datafolha	Folha de S.Paulo	29/10/2013	https://bit.ly/2IJcEcc
N19	Beagles recebiam tratamento adequado, afirma advogado de instituto	Folha de S.Paulo	29/10/2013	https://bit.ly/2L1zCGJ
N20	Presidente de Sociedade de Biotecnologia defende Instituto Royal	G1	30/10/2013	https://glo.bo/2Gz96Pw
N21	Luisa Mell e a manifestação coletiva do bem	Yahoo	03/11/2013	https://bit.ly/2W5wg6D
N22	52% dos institutos que usam bichos podem ser descredenciados	Folha de S.Paulo	04/11/2013	https://bit.ly/2L1zCGJ
N23	19 dias após invasão, Instituto Royal encerra atividades em São Roque	G1	06/11/2013	https://glo.bo/2PwXKzS

Fonte: Adaptado a partir de DI FELICE, Massimo. **Cartografia de controvérsias**. Disponível. <http://controversiabeagles.blogspot.com.br/p/repertorio-de-documentos.html>

Com o material em mãos, selecionamos os atores sociais identificados como fontes de informação. Para tanto, nos baseamos na tradição sociocêntrica de pesquisa em jornalismo, que destaca as estratégias e recursos mobilizados por jornalistas e fontes no processo de negociação de sentidos sobre os acontecimentos (MOLOTCH; LESTER, 1993; SCHLESINGER, 1992). As vozes presentes na cobertura foram analisadas mediante identificação dos estatutos sociais dos autores e fontes, pelo espaço atribuído a eles pelo jornalista por meio de mecanismos de ativação e passivação dessas vozes (RAMALHO; RESENDE, 2011) e pela forma como essas intervenções podem ser reveladoras dos

regimes de competência que permeiam todo o debate. A seguir, categorizamos as fontes identificadas e as retóricas utilizadas em seus argumentos para verificar os recursos sociais mobilizados enquanto grupos sociais competidores, com vistas a maximizar suas oportunidades de influenciar o andamento das decisões (RENN, 1992) e, paralelamente, analisar os regimes de engajamento predominantes adotados nas situações de interação identificadas.

ANÁLISE DOS ESTATUTOS DOS ATORES

Dos 23 itens analisados, três não usaram fontes de informação e três usaram apenas uma. As demais fizeram uso de duas a quatro. Verificamos também que a distribuição do debate ocorreu entre quatro grupos de atores: aqueles ligados ao espaço político-militante em defesa dos direitos dos animais; atores do espaço científico, incluindo o Instituto Royal; instituições governamentais responsáveis por definir e fiscalizar as normas para a realização da pesquisa com animais; e atores ligados à polícia e ao Ministério Público que vão se manifestar sobre o inquérito policial e as consequências legais da invasão ao Instituto Royal.

OS ATORES ESCOLHIDOS

Fontes ligadas ao espaço político-militante aparecem em 13 itens. O subgrupo mais bem representado deste conjunto (11 itens) foi identificado pelos veículos como “ativistas”. Dentro da teoria da democracia deliberativa, o termo faz referência aos atores que se utilizam da pressão, da ação da interrupção e do constrangimento “para realizar transformações que apontem no sentido de mais justiça” (YOUNG, 2014, p. 193). Uma das principais razões do ativismo, nesse sentido, “é conscientizar um público mais amplo dos problemas institucionais e convencer esse público a se juntar a ele para pressionar pela mudança nas instituições” (YOUNG, 2014, p. 194).

Na cobertura, o uso do termo ativista é utilizado principalmente para descrever os atores que participaram diretamente da ação de liberação dos *beagles*, pessoas vinculadas a associações e movimentos de defesa dos animais e simpatizantes da causa. Também observamos o uso do termo para identificar as manifestações de um coletivo anônimo de “ativistas”, que contavam sua própria versão dos fatos, denunciavam maus-tratos e rebatiam os argumentos do Instituto Royal.

A participação recorrente de ativistas no debate contraria, em parte, o que vinha sendo enfatizado pelos estudos do *newsmaking* sobre a predominância de fontes oficiais nas coberturas jornalísticas (ADGHIRNI, 1997; LAMY, 2013; SOUSA, 2000; TRAQUINA, 2005; WOLF, 1995) ou de fontes que reproduzem as estruturas de poder (HALL *et al.*, 1993). No caso analisado, reconhecemos a capacidade de articulação dos grupos de ativistas na construção e promoção de eventos midiáticos por meio de estratégias de disrupção (a invasão do laboratório) (MOLOTCH; LESTER, 1993) e na interferência junto à própria esfera política, o que fica claro nas cinco matérias (N1, N3, N4, N7, N19) em que o texto foi estruturado e a partir da controvérsia entre os dois grupos de fontes. Essa interferência é observada pelo fato de o evento desencadear uma série de debates em torno dos maus-tratos e da pesquisa com animais e dar origem a uma audiência na Câmara dos Deputados, seguida de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ainda dentro da esfera da retórica político-militante, verifica-se a participação dos deputados Delegado Protógenes (PC do B-SP) e Ricardo Tripoli (PSDB-SP) junto com sua assessora jurídica, Viviane Cabral. Os parlamentares aparecem, em quatro matérias, sempre se posicionando a favor dos ativistas ou denunciando os maus-tratos contra os cães. Nesse caso, falamos de atores que possuem um *status* reconhecido pelo campo jornalístico e que vão se utilizar do evento como uma forma de ganhar visibilidade midiática. Delegado licenciado da Polícia Federal, Protógenes ganhou notoriedade por comandar operações que revelaram escândalos de corrupção. Já Ricardo Tripoli tem uma trajetória política diretamente ligada à defesa dos animais e do meio ambiente.

Atores ligados ao espaço científico aparecem em dez matérias. A maioria (oito) é de fontes ligadas ao próprio Instituto Royal. Parte da fala desses atores está relacionada ao discurso legal ou governamental: pedem a penalização criminal dos ativistas-invasores ou afirmam obedecer todos os procedimentos previstos pelas agências governamentais para a realização e experimentos com animais. São fontes do Instituto os diretores científicos e a gerente-geral, identificada como a bióloga Silvia Ortiz.

Declarações de professores universitários limitam-se a três: Odete Miranda, professora de Medicina da Universidade Federal do ABC, Stélio Luna, professor de Medicina da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Luiz Antonio Barreto de Castro, presidente da Sociedade Brasileira de Biotecnologia. Dentre eles, apenas o último se coloca em defesa da importância dos testes em animais para o desenvolvimento da ciência. Os outros dois, embora articulem um discurso científico, falam dos métodos

alternativos desenvolvidos para não provocar sofrimento nos animais, o que os aproxima do posicionamento dos militantes.

É curioso observar a baixa participação de cientistas em um debate que, a rigor, envolve os procedimentos e valores da ciência. Essa situação reflete as tensões entre o campo jornalístico e acadêmico, algo já explorado pela literatura da área (BOURDIEU, 1996; ROWE; BRASS, 2008). Remete ainda à dificuldade das instituições de pesquisa em ocuparem o espaço midiático como fontes de informação, sobretudo quando comparadas a atores ligados ao governo e ao espaço político-militante.

Instituições públicas de regulamentação das atividades de pesquisa no Brasil estão presentes em cinco matérias e são representadas pelo MCTI, Concea (em duas ocasiões), o Centro Brasileiro para Validação de Métodos Alternativos e a Anvisa. Esses atores vão intervir nas normas brasileiras para as pesquisas com animais e os impactos potenciais que uma proibição da utilização desse tipo de método teria na produção científica brasileira - e, nesse caso, eles tendem a se posicionar ao lado dos cientistas e do Instituto Royal. Do ponto de vista da cobertura jornalística, o recurso a esse tipo de fonte oficial permite a construção de um discurso que exprime um efeito de sentido próximo da “neutralidade”, que tende a esvaziar o debate político-militante e centrar-se na questão do cumprimento ou não das normas para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

Finalmente, em três itens, as fontes utilizadas são ligadas à esfera da segurança pública: o delegado da cidade de Sorocaba, Marcello Carriel, o promotor público Wilson Velasco e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que se posicionaram sobre as consequências legais da invasão. Esse debate, contudo, se estende a outros dois itens (N7 e N14), nos quais o Instituto Royal destaca as consequências criminais da ação dos ativistas. Nas matérias que contam com a participação de parlamentares (N9, N10 e N11), o Instituto é associado ao crime de maus-tratos contra os animais.

A primeira leitura dos participantes da controvérsia sugere uma tendência dos meios de comunicação de politizar o debate, dando mais abertura a atores ligados à militância política e às instituições governamentais (incluindo tecnocratas) em detrimento dos cientistas e de outros setores da sociedade civil que poderiam ser diretamente afetados por mudanças nos procedimentos de realização de pesquisas científicas. Essa seleção particular de atores e fontes não elimina, na verdade, a polarização do debate (cientistas *versus* militantes) construída sob a lógica do conflito. Na verdade, ela

é indicativa de um processo de submissão da esfera científica às esferas midiática e político-governamental.

OS ARGUMENTOS

A análise dos atores sociais que intervêm no debate se reflete nos argumentos e temáticas empregadas por eles que participam da construção da controvérsia. Ao nos debruçarmos na leitura das declarações dessas fontes, observamos a predominância de uma retórica de caráter político-militante ligada à questão dos maus-tratos contra os animais. Esse tema aparece em 13 das 23 matérias do *corpus*, boa parte delas para denunciar as condições de realização dos experimentos no Instituto Royal: “A gente não foi para depredar o local, fomos retirar [os cães] porque não queremos maus-tratos” (Giuliana Stefanini, ativista, N6); “Encontrei um ambiente deprimente [...] muito distante da realidade de pesquisa científica [...]. O ambiente que eu vi era um ambiente de tortura, parecia um campo de concentração nazista” (Delegado Protógenes, N11).

Fontes ligadas ao Instituto Royal rebatem se apoiando no argumento da obediência às normas e procedimentos de pesquisa: “Não é feito nenhum tipo de teste com crueldade. Seguimos todas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Inmetro e da Comissão de Ética no Uso de Animais, além de termos a supervisão do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal” (João Antônio, diretor científico, N4); “Mostraram animais tremendo na TV, mas eles não estão acostumados com isso. Nem acostumados a ir para colo. O que as pessoas não entendem é que eles não são pets” (Sílvia Ortiz, gerente-geral, N14).

O segundo tipo de temática visível nas falas das fontes é justamente a questão das normas para a realização de experimentos com animais no Brasil e expressam o cumprimento ou não dessas normas pelo Instituto Royal. Esse debate ocorre em oito matérias e, em geral, relaciona-se a fontes do governo:

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informou hoje que a situação do Instituto Royal é regular no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), órgão ligado à pasta. O instituto “encontra-se dentro da legalidade para uso científico de animais”, diz em nota o Ministério. O Royal utilizava cães da raça *beagle*, ratos e outros animais para pesquisas laboratoriais. (N6).

Os impactos reais ou potenciais da ação dos militantes para a ciência aparecem em seis itens, polarizando ainda mais o debate. Em três deles (N4, N15 e N20), a invasão

ao Instituto Royal e a possibilidade de mudanças nas normas vigentes estão associadas a um retrocesso na ciência brasileira e vão, de certa forma, ocorrer na esfera governamental-científica. No sentido contrário, a ciência também integra a retórica político-militante em três itens (N13, N19 e N21), ao advogar a adoção de métodos alternativos (que não envolvam animais) na condução de experimentos científicos.

É interessante observar a forma como a ciência é definida pelo seu valor de uso, numa lógica de custo-benefício. No fundo, a discussão gira em torno de saber até que ponto os ganhos proporcionados pela pesquisa compensariam o uso de animais ou se a adoção de métodos alternativos seria, de fato, viável. E, neste caso, embora se fale em impactos sociais da ciência (por exemplo no desenvolvimento de medicamentos), a questão dos custos envolvidos nesse processo é subjacente a todo o debate.

Um último conjunto de temáticas, presente em seis itens (N5, N6, N7, N14, N15, N19), está associado aos prejuízos físicos causados pela depredação do laboratório e às consequências criminais desses atos. O debate aparece desconectado da controvérsia principal, embora seja apropriado pelo Instituto Royal para desqualificar a ação dos ativistas. Para isso, ele vai se utilizar de termos como “vandalismo” e “arruaceiros” para se referir aos militantes.

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DOS ATORES

Por meio da abordagem proposta por Renn (1992), podemos especificar os lugares ocupados na arena social pelos atores identificados anteriormente e perceber os fluxos de comunicação e o direcionamento da mobilização social desses atores bem como os recursos sociais por eles usados para influenciar, inicialmente, o andamento das discussões em torno da invasão do Instituto Royal e da apreensão dos cães *beagle* que estavam no laboratório e, em momento posterior, as políticas públicas para uso de animais em testes de produtos e em pesquisas científicas de modo geral.

Dessa forma, é possível reconstituir os elementos que constituem a arena social, conforme representado na Figura 1. Na área central da arena estão os atores principais. No caso em análise, o grupo de atores 1 é formado pelos ativistas em geral, presidentes de ONG e celebridades do mundo artístico; o grupo de atores 2 engloba o Instituto Royal, seus cientistas, corpo diretivo e assessores jurídicos; o terceiro grupo de atores é composto pelos chamados “peritos”, ou seja, cientistas, representantes de entidades

científicas e professores universitários; já o último grupo de atores é formado pelos parlamentares. Mediando a comunicação entre eles, coordenando suas negociações e garantindo que eles ajam de acordo com as regras da arena, encontram-se as instituições responsáveis pela aplicação das leis (os chamados “órgãos de segurança pública”, representados pela Guarda Municipal, Delegado, Promotor Público e Prefeito). São essas instituições que detêm o poder de polícia do Estado. Contornando esses dois grupos, estão o que na linguagem da comunicação de riscos é denominado de “amplificadores da questão em discussão”: os jornalistas. São eles os responsáveis por observar e interpretar acontecimentos e mobilizações dos grupos e divulgá-los para a chamada “opinião pública”, bem como trazer para os atores e demais grupos presentes na arena social os clamores dessa audiência e dos interessados na questão (*stakeholders*), na maioria dos casos influenciando o desenrolar dos acontecimentos e, conseqüentemente, as políticas públicas. Todos esses grupos presentes na arena social pretendem influenciar as decisões que afetam a coletividade e que são tomadas e fiscalizadas pelas instituições definidoras de políticas públicas e que, no caso da regulamentação do uso de animais em pesquisa científica, englobam o Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado Federal), o Poder Executivo (aqui representado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e os órgãos de controle de experimentação animal e de validação de métodos alternativos) e as agências reguladoras do uso de cosméticos (sobretudo a Anvisa).

Para ser bem sucedido na arena social, cada grupo de atores mobiliza recursos sociais, os quais são usados para ganhar atenção e apoio do público em geral, para influenciar as regras de funcionamento da arena e para criar certo placar (“*score*”) entre os competidores. Renn (1992, p. 185) descreve os cinco recursos sociais de maior relevância usados por atores sociais em arenas de risco:

- Dinheiro: provê tanto incentivos quanto compensações em troca de apoio ou, ao menos, de tolerância. É típico do domínio econômico e, em geral, ocorre por transferência de capital.
- Poder: é o direito legalmente atribuído para impor uma decisão sobre os outros; a conformidade é estabelecida pela ameaça de punição. Acontece no domínio da política por meio da força e da autoridade.
- Influência social: produz um comprometimento social para encontrar apoio por meio de confiança e prestígio. É dominante nos sistemas sociais e envolve reputação e recompensa.
- Compromisso ideológico: angaria apoio mediante solidariedade, persuasão e significado social partilhado. Ocorre predominantemente em setores culturais.

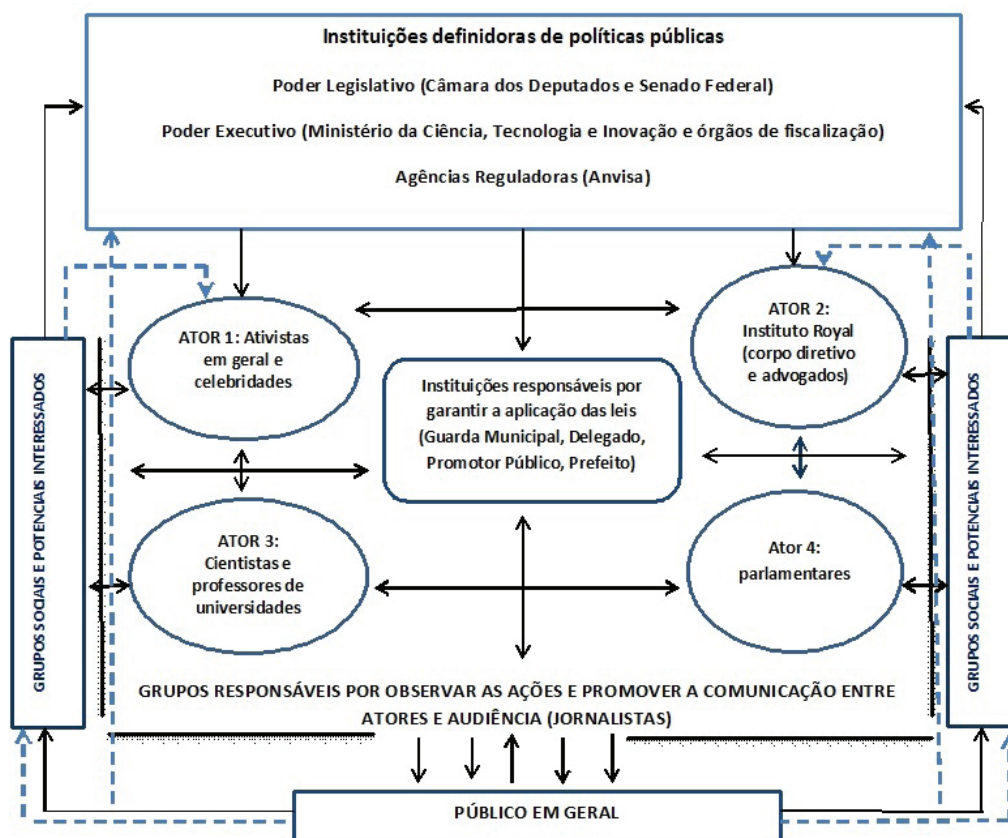
- Evidência: pode ser usada para convencer pessoas sobre as consequências de determinadas ações sociais. É típico do campo da ciência e os meios utilizados são a metodologia e a retórica científica.

Nas arenas democráticas, os atores necessitam usar mais de um recurso social para serem bem sucedidos. Segundo observado nas matérias jornalísticas analisadas, os atores participantes dos debates públicos usaram os seguintes recursos sociais:

- Ativistas: compromisso ideológico e influência social, em particular as atrizes e apresentadoras de televisão.
- Instituto Royal: evidência fortemente usada pelo diretor científico e influência social.
- Cientistas e professores de universidades: evidência e influência social.
- Parlamentares: influência social e compromisso ideológico.

As instituições responsáveis por garantir a aplicação das leis (localizadas no centro da arena, na Figura 1) usaram, como era de se esperar, o poder como recurso social. Assim, também, as instituições governamentais definidoras de políticas públicas e responsáveis por fiscalizar a atuação dos laboratórios de pesquisa.

Figura 1: Representação da comunicação e da mobilização na arena social



Linhas cheias: fluxo de comunicação; linhas pontilhadas: direção da mobilização social.

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Renn (1992, p. 183).

Cabe destacar um ponto relevante observado por Renn (1992, p. 181): o resultado dessa “luta” entre atores sociais não é determinado apenas pelas ações individuais e coletivas, mas também pelas regras estruturais da arena e pelos efeitos da interação entre os grupos competidores. É possível verificar como os recursos sociais apontados por Renn são usados para aproximar e afastar interlocutores e, consequentemente, fazer prevalecer argumentos capazes de influenciar o desfecho da questão.

Isso fica mais evidente quando aplicamos os modelos de engajamento (CARDON; HEURTIN; LEMIEUX, 1995) às situações de interação (representadas pelos fluxos de comunicação e de mobilização) que ocorrem entre os grupos sociais participantes da arena. Nesse caso, buscamos reconhecer quais modelos de engajamento (crítica, opinião e troca) são predominantes nas situações de interação observadas. O Quadro 2, a seguir, sintetiza as situações de interação e os modelos de engajamento observados no decorrer do período analisado.

Quadro 2: Análise das situações de interação e dos modelos de engajamento

Situação de interação	Atores sociais envolvidos	Modelos de engajamento
Entrada de ativistas nos laboratórios e retirada dos animais sob acusação de maus tratos	Ativistas	Troca
Argumentos de defesa da atuação do Instituto Royal	Instituto Royal; Instituições responsáveis por garantir a aplicação das leis (Guarda Municipal, Delegado, Promotor Público, Prefeito); Instituições responsáveis pela formulação e fiscalização de políticas públicas.	Crítica e opinião
Argumentos que apoiam a ação dos ativistas	Jornalistas; Parlamentares.	Troca e opinião
Subsídios para revisão da legislação sobre o uso de animais em pesquisa científica	Peritos (cientistas, representantes de entidades científicas e professores universitários); Instituições responsáveis pela formulação e fiscalização de políticas públicas; Parlamentares.	Crítica, opinião e troca

Fonte: elaborado pelos autores.

Extraímos alguns trechos das matérias para ilustrar nossas observações. Na primeira situação de interação, é adotado um estilo emotivo expressando testemunhos pessoais dos ativistas: “O que mais chocou o grupo foi um *beagle* sem olhos, disse Giuliana Stefanini” (N3); “Uma das ativistas que participou da ação disse que encontrar os cães presos dentro de uma das salas do prédio ‘foi a coisa mais triste que já viu’.” (N4).

Para defender a atuação do Instituto Royal, os atores sociais adotam outro modelo de engajamento: a crítica, tão cara aos peritos (cientistas e homens da lei). O emissor se apresenta como uma instância exterior, assumindo uma posição de referência arbitral. Uma exceção é observada nos depoimentos do diretor científico do Instituto pois, embora perito, ele também está diretamente envolvido no caso, o que é demonstrado pela alternância entre os regimes de crítica e de opinião em seus depoimentos. Concordar ou não com o que argumenta o diretor científico vai depender, como observam Cardon, Heurtin e Lemieux (1995), da avaliação que se faz do sujeito que intervém publicamente.

Para o diretor científico do laboratório, isso [a situação de estresse em que os ativistas disseram encontrar os animais] foi reflexo do medo que os cachorros sentiram com a invasão do local. “Geralmente apenas três pessoas entram nas baías, uniformizadas e em silêncio. O tumulto acabou aterrorizando os animais.” (N4).

Na terceira situação de interação identificada, os argumentos que apoiam a ação dos ativistas foram formulados por jornalistas e parlamentares militantes da defesa dos animais e, portanto, com predominância das modalidades de opinião (“eu acho”) e de troca, buscando provocar empatia nos interlocutores. Algumas matérias, no entanto, procuraram adotar uma retórica mais próxima da “imparcialidade jornalística” por meio da publicação de tabelas com argumentos contra e a favor do uso de animais em pesquisas científicas. É importante ressaltar a divulgação de uma pesquisa de opinião realizada no estado de São Paulo, divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em que 56% da população consideraram que os ativistas agiram bem, contra 33% que acharam que eles agiram mal. Essa mesma população, no entanto, é mais favorável ao uso de ratos em pesquisa (66%) do que de cães (29%), o que demonstra certo desconhecimento em relação aos riscos e benefícios dos testes em animais e o caráter emocional que envolve os debates sobre o assunto.

Finalmente, a quarta situação de interação identificada foi dominada pelos peritos com uso dos três modelos de engajamento, mas com uma retórica que evoluiu para a necessidade de revisão da legislação em vigor e pela ampliação dos debates sobre uso de animais em pesquisas e desenvolvimento de métodos alternativos de testes de produtos.

Acabar com os testes [referindo-se à bandeira levantada pelos ativistas] não seria só prejudicial, mas estaríamos colocando o Brasil completamente dependente da tecnologia externa e a população brasileira, em risco. Todos os lotes de vacina são testados em animais. Todos

os medicamentos também. Todos os pesquisadores brasileiros prefeririam muito usar métodos alternativos. Os cães são caros de manter, tem que ter cuidado extremo. Seria muito melhor para a ciência. (coordenador do Conceia, N13).

Mesmo os parlamentares que haviam usado e abusado da modalidade de troca, passaram à modalidade de opinião.

Nós estamos assistindo barbáries contra os animais em todos os cantos do país. Hoje, a pena máxima são três meses de detenção a um ano, podendo ser convertido em penas acessórias, o que, na verdade, não repõe jamais o que é feito contra os animais. (Deputado Ricardo Tripoli, N9).

O mapeamento das situações de interação encontradas durante a análise do *corpus* nos permite observar a existência de duas fases do debate. Na primeira, o foco estava na invasão dos laboratórios do Instituto Royal e no resgate de centenas de cães *beagles*. Nessa etapa, o que estava em evidência eram os motivos da invasão, os maus-tratos recebidos pelos animais nos laboratórios de pesquisa do Instituto, a ilegalidade das ações dos ativistas e a legalidade da conduta do Instituto na condução das pesquisas com uso de animais. Num segundo momento, embora a discussão mantivesse a invasão do Instituto como pano de fundo, passou a priorizar a necessidade de se promover debates públicos sobre a adoção de métodos alternativos ao uso de animais nas pesquisas científicas. O tema migrou, portanto, da esfera municipal (município de São Roque, em São Paulo) para a esfera federal (Câmara dos Deputados) e para a atuação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) coordenada pelo deputado Ricardo Tripoli, que investigava os casos de maus-tratos de animais no Instituto Royal.

As intervenções demonstram a existência de uma modalização característica de situações de risco em que, como observam Renn e Levine (1991), são altos os “níveis de incerteza” em relação aos benefícios e riscos do uso de animais em pesquisa científica e à forma de gerenciá-los, o que acarreta a necessidade de debates entre as partes interessadas e de ampliação da participação pública na condução dos processos decisórios para formulação ou alteração das políticas públicas que regulamentam a questão.

Sob o ponto de vista da cobertura jornalística, a predominância dos modelos de troca (emoção) por parte de ativistas e parlamentares e de crítica (objetividade) por parte de peritos e autoridades do governo ressaltam a preferência da imprensa pela ênfase a um “modelo de conflito” em detrimento a um “modelo de reflexão”, que poderia levar à ampliação do debate social sobre assuntos científicos.

CONCLUSÕES

Neste artigo, analisamos as repercussões na cobertura midiática do episódio da invasão dos laboratórios do Instituto Real por ativistas dos direitos animais. Nossa investigação buscou articular a análise do estatuto dos atores sociais que participaram deste debate público, suas posições na arena social e o repertório de argumentos adotados por ocasião de suas intervenções na mídia. Esta abordagem nos permitiu tecer algumas considerações.

Primeiro, apesar da aparente diversidade de atores que interviram nesse debate como fontes de informação (incluindo ativistas), pode-se limitá-los a quatro grandes grupos (militantes, cientistas, governos, agentes de segurança). Neste caso, a mídia privilegiou a construção de alguns quadros interpretativos (a luta entre a ciência e os direitos dos animais) ao mesmo tempo em que excluiu ou silenciou outros setores da sociedade preocupados com este debate. É o caso do setor de saúde (hospitais, centros de pesquisa, associações de pacientes), das indústrias farmacêutica e de cosméticos, de atores do meio acadêmico especializados no debate sobre ética na pesquisa, entre outros.

A polarização do debate resultante da cobertura midiática se reflete na atribuição de uma retórica própria a cada grupo de interventores: os cientistas vão se engajar principalmente sob o regime da crítica e os militantes sob o regime da troca. Dessa forma, o debate midiático vai privilegiar inicialmente as intervenções esperadas de cada grupo de atores de forma a reforçar as regras estruturais da arena social.

Por outro lado, essas expectativas se alteram na medida em que a controvérsia (e suas repercussões midiáticas) evolui de um evento particular (a invasão do laboratório) a um debate mais amplo em torno das políticas públicas sobre a utilização de animais em experiências científicas. Neste momento, os diferentes atores convergem direcionando o seu modelo teórico em direção a um regime de opinião. E, apesar dessa evolução no debate e nos modelos de engajamento utilizados pelos atores sociais, a cobertura midiática continua marcada por uma lógica de conflito no qual cientistas e militantes e políticos serão situados em espaços opostos na arena social.

Esta pesquisa se utiliza de uma forma ainda exploratória e inédita de um conjunto de ferramentas metodológicas originárias da Comunicação, Sociologia e Ciência Política. Estamos conscientes dos riscos e limitações inerentes a esse tipo de proposição. Por

isso, buscamos, agora, discutir e desenvolver nossa abordagem com o objetivo de aplicá-las a outros objetos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Routines produtivas do jornalismo em Brasília. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 449-468.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur la télévision**. Paris: Liber, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008 (Lei Arouca), 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm. Acesso em: 29 set. 2017.
- BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014. Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2lfM6uT>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- CARDON, Dominique; HEURTIN, Jean-Philippe; LEMIEUX, Cyril. Parler en public. **Politix**, Paris, v. 8, n. 31, p. 5-19, 1995. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_1995_num_8_31_1916. Acesso em: 29 set. 2017.
- DI FELICE, Massimo. **Cartografia de Controvérsias: liberação dos animais do Instituto Royal**. Disponível em: <http://controversiabeagles.blogspot.com.br/>. Acesso em: 29 set. 2017.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brain. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 224-248.
- LAMY, Sonia. As ONGs na imprensa: as fontes não governamentais na imprensa diária. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, . 2, n. 1, p. 42-51, 2013. Disponível em: <http://surlejournalisme.com/rev/index.php/slj/article/view/69>. Acesso em: 29 set. 2017.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 34-51.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Improving risk communication**. Washington: The National Academies Press, 1989.
- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, Pontes Editores, 2011.

RENN, Ortwin; LEVINE, Debra. Credibility and trust in risk communication. *In*: KASPERSON, Roger; STALLEN, Pieter (Org.). **Communicating risk to the public**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1991. p. 175-217. DOI 10.1007/978-94-009-1952-5_10.

RENN, Ortwin. Concepts of risk: a classification. *In*: KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic (Org.). **Social theories of risk**. London: Praeger, 1992. p. 53-79.

ROWE, David; BRASS, Kilie. Uses of academic knowledge: the university in the media. **Media, Culture and Society**, Thousand Oaks, v. 30, n. 5, p. 677-698, 2008. DOI 10.1177/1063426908317015.

SCHLESINGER, Philip. Repenser la sociologie du journalisme: les stratégies de la source d'information et les limites du média-centrisme. **Réseaux**, Paris, n. 51, p. 75-98, 1992. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1992_num_10_51_1926. Acesso em: 29 set. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. v. 2. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 13, p. 187-212, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

NOTAS

- 1 A Lei nº 11.794 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009.
- 2 O trabalho se encontra no blog *Cartografia de controvérsias: liberação dos animais do Instituto Royal*, disponível em: <http://controversiabeagles.blogspot.com.br/>.
- 3 Página pessoal do deputado: <http://www.ricardotripoli.com.br>.
- 4 Sobre a consulta pública e a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, ver: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118217>
- 5 No original: "Risk communication is an interactive process of exchange of information and opinion among individuals, groups, and institutions. It involves multiple messages about the nature of risk and other messages, not strictly about risk, that express concerns, opinions, or reaction to risk messages or to legal or institutional arrangements for risk management". Tradução dos autores.

Artigo recebido em: 24 de março de 2018.

Artigo aceito em: 18 de março de 2019.